

CEMIG GERAÇÃO E TRANSMISSÃO S.A. – CEMIG GT
E/OU

CEMIG DISTRIBUIÇÃO S.A. – CEMIG D

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS MS/CS 500-H01808
PREGÃO ELETRÔNICO MS/CS 500-H01808

1. GERAL

Aos [REDACTED] de [REDACTED] de 200X, na dependência da **CEMIG GERAÇÃO E TRANSMISSÃO – CEMIG GT**, com sede em Belo Horizonte - MG, na Avenida Barbacena nº. 1200, 12º andar, Ala B1, CNPJ/MF nº. 06.981.176/0001-58 e da **CEMIG DISTRIBUIÇÃO S.A. - CEMIG D**, com sede em Belo Horizonte - MG, na Avenida Barbacena nº. 1200, 17º andar, Ala A1, CNPJ/MF nº. 06.981.180/0001-16, doravante denominadas **CONTRATANTES**, neste ato representada por [REDACTED], [REDACTED], CPF nº. [REDACTED] e [REDACTED], [REDACTED], CPF nº. [REDACTED], **nos termos do art.15 da Lei nº 8.666/93 e suas alterações e nos termos do Decreto Estadual nº 44.787/08**, em face da classificação das propostas apresentadas no Pregão Eletrônico MS/CS 500-H01808, para Registro de Preços, por adjudicação e deliberação do Pregoeiro, resolvem registrar os preços da Empresa [REDACTED] com sede em [REDACTED] na [REDACTED], CNPJ/MF nº. [REDACTED], doravante denominado **FORNECEDOR**, neste ato representado por [REDACTED], [REDACTED], CPF nº. [REDACTED], classificada em primeiro lugar, para o(s) item(ns) [REDACTED] do Edital, observada as condições do Edital que rege o Pregão e aquelas enunciadas nas Cláusulas que se seguem.

2. OBJETO

- 2.1. Contratação dos serviços de desenvolvimento de aplicativos no ambiente GeoMedia Web Map e customização do GeoMedia, referente a 5.500 (cinco mil e quinhentos) pontos de função.

3. FUNDAMENTO LEGAL

- 3.1. A presente Ata de Registro de Preços decorre do Processo Administrativo de Licitação na modalidade **Pregão Eletrônico MS/CS 500-H01808**, que passa a fazer parte para todos os efeitos, desta Ata, tem por objeto a contratação dos serviços de desenvolvimento de aplicativos no ambiente GeoMedia Web Map e customização do GeoMedia, referente a 5.500 (cinco mil e quinhentos) pontos de função e reger-se-á pelas disposições da Lei Federal nº 8.666/93, e do Decreto Estadual 44.787/08, estando vinculado aos seguintes documentos:

- Edital da Licitação que precedeu a formalização desta Ata.
- Ata da Sessão de Licitação Pública do Pregão e Proposta do **FORNECEDOR**

4. VIGÊNCIA

- 4.1. A presente Ata de Registro de Preços vigorará pelo prazo de 12 (doze) meses, a contar da publicação de sua ata no Diário Oficial do Estado de Minas Gerais, sendo admitida sua prorrogação, nos termos do artigo 57, da Lei 8.666/93 e Decreto 44.787/08, quando a proposta continuar se mostrando mais vantajosa, satisfeitos os demais requisitos legais.

5. REGISTRO

5.1. O preço e o **FORNECEDOR** registrado abaixo decorre da classificação final do Pregão Eletrônico MS/CS 500-H01808, visando a contratação dos serviços de desenvolvimento de aplicativos no ambiente GeoMedia Web Map e customização do GeoMedia, referente a 5.500 (cinco mil e quinhentos) pontos de função

- Empresa: _____
- CNPJ: _____
- Preço Unitário Registrado: R\$ _____ (_____)

6. AUTORIZAÇÃO PARA INÍCIO DOS SERVIÇOS - AI

6.1. O fornecimento do serviço será solicitado mediante o envio de uma Autorização para Início dos Serviços, que deverá conter os seguintes campos:

- Número da Ata de Registro de Preço;
- Número do Processo;
- Descrição do Serviço;
- Data Limite para Assinatura e devolução do Contrato;
- Data para Início da Prestação do Serviço;
- Local de Realização do Serviço;
- Preço e Condição de Pagamento;

7. PAGAMENTO

7.1. O pagamento ao **FORNECEDOR** será correspondente aos serviços efetivamente realizados e serão realizados no prazo de 30 (trinta) dias, mediante apresentação e aceite da nota fiscal/fatura, através de crédito em conta corrente.

8. FORNECIMENTO

8.1. A contratação dos serviços obedecerá, unicamente, à conveniência e às necessidades das **CONTRATANTES**. Dentro do prazo de vigência desta Ata de Registro de Preços, o **FORNECEDOR** que tiver seu preço registrado, **ficará obrigado** ao fornecimento do serviço.

8.2. Cabe às **CONTRATANTES** promover ampla pesquisa no mercado, de forma a comprovar que o preço ora registrado permanece compatível com os praticados no mercado, condição indispensável para a emissão da Autorização para Início dos Serviços.

8.3. O **FORNECEDOR** registrado obriga-se a manter, durante o prazo de vigência do Registro de Preços, todas as condições de habilitação exigidas no Edital de Licitação que precedeu a formalização desta Ata.

9. DIREITO E OBRIGAÇÕES DAS PARTES

9.1. Compete às **CONTRATANTES**:

- 9.1.1. Cuidar para que, durante a vigência da presente Ata, sejam mantidas todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, bem como, a sua compatibilidade com as obrigações assumidas.

- 9.1.2. Acompanhar e fiscalizar a perfeita execução do presente Registro de Preços.
- 9.1.3. Requisitar, via Autorização para Início dos Serviços, o eventual fornecimento do objeto da presente Ata.
- 9.1.4. Efetuar o pagamento referente ao objeto a ser contratado nos termos da presente Ata.
- 9.1.5. Exercer ampla fiscalização e acompanhamento sobre o fornecimento do serviço ora contratado, por intermédio de prepostos seus, devidamente credenciados, aos quais o **FORNECEDOR** deverá facilitar o exercício de suas funções. A presença da fiscalização das **CONTRATANTES** não elimina nem atenua a responsabilidade do **FORNECEDOR** quanto à qualidade dos serviços fornecidos e ao cumprimento de suas obrigações contratuais e legais.

9.2. Compete ao **FORNECEDOR**:

- 9.2.1. Executar o fornecimento dos serviços dentro dos padrões de qualidade, quantidade e segurança, exigidos, em estrita observância às condições definidas nesta Ata de Registro de Preços e de acordo com as instruções recebidas das **CONTRATANTES**, através de profissionais legalmente habilitados, em quantidade compatível com os serviços, diligenciando no sentido de que os trabalhos sejam conduzidos segundo a melhor técnica aplicável, observando os prazos programados pela sua realização;
- 9.2.2. Observar a programação dos serviços elaborada pela Administração das **CONTRATANTES** e suas eventuais alterações;
- 9.2.3. Reparar ou refazer, exclusivamente às suas expensas, os serviços inadequadamente executados, sanando todos os problemas dentro dos prazos estipulados pelas **CONTRATANTES**;
- 9.2.4. Cumprir rigorosamente as exigências da legislação tributária, fiscal, trabalhista, previdenciária, de seguro, higiene e segurança do trabalho, assumindo todas as obrigações e encargos legais inerentes e respondendo integralmente pelos ônus resultantes das infrações cometidas.

10. RENÚNCIA DOS DIREITOS

- 10.1. O não exercício pelas **CONTRATANTES**, em qualquer caso específico, de quaisquer dos direitos que lhe sejam assegurados nos termos da Autorização para Início dos Serviços, ou que lhe sejam conferidos por lei em geral, ou, a não aplicação de quaisquer multas nelas previstas, não importará renúncia ao exercício futuro de tais direitos, em quaisquer circunstâncias, ou em renúncia à aplicação futura de tais multas, nem constituirá precedente no caso de reivindicações futuras relativas ao cumprimento dos termos da Autorização para Início dos Serviços.

11. SUBCONTRATAÇÃO

- 11.1. É vedada a subcontratação total ou parcial do objeto deste Pregão Eletrônico para Registro de Preço.

12. RESPONSABILIDADE SOBRE OS PREÇOS REGISTRADOS

- 12.1. Será de responsabilidade do **FORNECEDOR** que tiver seu preço registrado o ônus resultante de quaisquer ações, demandas, custos e despesas decorrentes de danos, ocorridos por culpa de qualquer de seus empregados e/ou prepostos, obrigando-se por quaisquer responsabilidades decorrentes de ações judiciais que lhe venham a ser atribuídas por força da lei, relacionadas com o cumprimento do Edital de Licitação que precedeu a formalização desta Ata e com as obrigações assumidas na Ata de Registro de Preços.

13. INADIMPLEMENTO

- 13.1. O inadimplemento de qualquer item do Edital de Licitação que precedeu a formalização desta Ata, da Proposta e da Autorização para Início dos Serviços, ensejará, a critério das **CONTRATANTES**, o cancelamento do Registro do Preço do fornecedor inadimplente, sujeitando-o às penalidades previstas nesta Ata, em Lei e Regulamentos.

- 13.2. Constituem causas de inadimplemento da Ata de Registro de Preços:

13.2.1. O não cumprimento ou o cumprimento irregular de quaisquer de suas cláusulas ou condições;

13.2.2. A dissolução judicial, a insolvência civil, a decretação de falência ou qualquer alteração social do **FORNECEDOR** que prejudique a sua capacidade de executar fielmente o objeto desta Ata de Registro de Preços;

13.2.3. Os demais motivos previstos em Lei ou Regulamento aplicáveis.

- 13.3. A ocorrência de qualquer dos motivos previstos no item anterior ensejará as seguintes providências pela parte prejudicada:

13.3.1. Os fatos, ações ou omissões caracterizadores do inadimplemento contratual serão comunicados à parte infratora por escrito, ao mesmo tempo em que serão solicitados os esclarecimentos e as justificativas pertinentes, que deverão ser encaminhados à outra parte no prazo máximo de 02 (dois) dias úteis;

13.3.2. Sanadas as irregularidades ou aceitas as justificativas apresentadas, considerar-se-á como cessado o motivo da rescisão;

13.3.3. Permanecendo desatendida a condição contratual infringida, ficará plenamente caracterizada a inadimplência da parte infratora, após notificação escrita da parte prejudicada.

- 13.4. Uma vez caracterizado o inadimplemento contratual, nos termos das condições anteriores, a parte prejudicada ficará autorizada a aplicar à parte infratora as penalidades previstas nesta Ata, e a promover o cancelamento do item e/ou da Ata, nas condições que se seguem:

- 13.5. Caracterizado o inadimplemento pelo **FORNECEDOR**, poderão as **CONTRATANTES**:

13.5.1. Aplicar-lhe a penalidade de advertência escrita;

13.5.2. Aplicar-lhe multa de 0,33% (zero vírgula trinta e três por cento) ao dia sobre o valor mensal do **CONTRATO**, enquanto perdurar a irregularidade, após notificação escrita à **CONTRATADA**, até o limite de 10% (dez por cento) do valor mensal dos serviços;

- 13.5.3. Aplicar-lhe multa de 10% (dez por cento) sobre o valor do o item e/ou da Ata na hipótese de rescisão;
 - 13.5.4. Rescindir a Ata, mediante simples notificação escrita;
 - 13.5.5. Aplicar-lhe a penalidade de suspensão do **CADASTRO** ou de declaração de inidoneidade para contratar com a Administração Pública, conforme determinado em processo administrativo próprio.
- 13.6. Caracterizado o inadimplemento pelas **CONTRATANTES**, poderá o **FORNECEDOR**:
- 13.6.1. Aplicar-lhe multa de 10% (dez por cento) sobre o valor do o item e/ou da Ata, na hipótese de rescisão;
 - 13.6.2. Rescindir a Ata, mediante procedimento judicial próprio.

14. RESCISÃO E PENALIDADES

- 14.1. As seguintes sanções poderão ser aplicadas ao **FORNECEDOR**, sem prejuízo da reparação dos danos causados às **CONTRATANTES** pelo infrator:
- 14.1.1. Advertência e anotação restritiva no Cadastro de Fornecedores;
 - 14.1.2. Multa;
 - 14.1.3. Suspensão temporária do direito de licitar e contratar com a **CEMIG** e suas empresas, por período não inferior a 3 (três) anos;
 - 14.1.4. Declaração de inidoneidade para licitar e contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

15. ADVERTÊNCIA E ANOTAÇÃO RESTRITIVA NO CADASTRO DE FORNECEDORES

- 15.1. A advertência e a anotação restritiva no Cadastro de Fornecedores poderão ser aplicadas quando ocorrer descumprimento das obrigações editalícias ou das obrigações assumidas na Ata de Registro de Preços, quanto, especialmente, àquelas relativas às características dos serviços, qualidade, quantidade, prazo de início e término ou recusa de fornecimento, ressalvados os casos fortuitos ou de força maior, devidamente justificados e comprovados, desde que sua gravidade não recomende a aplicação da suspensão temporária ou declaração de inidoneidade.

16. SUSPENSÃO TEMPORÁRIA

- 16.1. A suspensão temporária poderá ser aplicada quando ocorrer:
- 16.1.1. Apresentação de documentos falsos ou falsificados;
 - 16.1.2. Recusa injustificada em aceitar a Autorização para Início dos Serviços ou documento equivalente, dentro do prazo estabelecido pelas **CONTRATANTES**;
 - 16.1.3. Reincidência de descumprimento das obrigações assumidas na Ata de Registro de Preços acarretando prejuízos para as **CONTRATANTES**, especialmente aquelas relativas às características dos serviços, qualidade, quantidade, prazo de início e término ou recusa de fornecimento, ressalvados os casos fortuitos ou de força maior, devidamente justificados e comprovados;

- 16.1.4. Reincidência na aplicação das penalidades de advertência ou multa;
- 16.1.5. Irregularidades que acarretem prejuízo às **CONTRATANTES**, ensejando frustração do Registro de Preços ou impedindo a realização de ato administrativo por parte das **CONTRATANTES**;
- 16.1.6. Ações com intuito de tumultuar licitações ou prejudicar a execução do Sistema de Registro de Preços;
- 16.1.7. Prática de atos ilícitos, demonstrando não possuir idoneidade para licitar e contratar com as **CONTRATANTES**;
- 16.1.8. Condenação definitiva por praticar fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos.

17. INIDONEIDADE PARA LICITAR E CONTRATAR COM A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

- 17.1. A declaração de inidoneidade poderá ser proposta a autoridade competente quando constatada a má-fé, ação maliciosa e premeditada em prejuízo das **CONTRATANTES**, evidência de atuação com interesses escusos ou reincidência de faltas que acarretem prejuízo às **CONTRATANTES** ou aplicações sucessivas de outras penalidades.

18. RESPONSABILIDADES DO FORNECEDOR

- 18.1. O **FORNECEDOR** é responsável pelos danos causados diretamente às **CONTRATANTES** ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do serviço, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento exercido pelas **CONTRATANTES**.
- 18.2. Fica desde já ajustado que todos e quaisquer valores que vierem a ser imputados ao **FORNECEDOR** a título de multas ou penalidades em decorrência da execução do serviço, bem como qualquer obrigação definida nesta Ata de Registro de Preços como de sua responsabilidade, que por eventual determinação judicial ou administrativa venha a ser paga pelas **CONTRATANTES**, revestem-se das características de liquidez e certeza, para efeito de execução judicial, nos termos do art. 586 do CPC.
- 18.3. As multas e penalidades previstas nesta Ata de Registro de Preços e nas demais condições deste instrumento não têm caráter compensatório, sendo que o seu pagamento não exime o **FORNECEDOR** quanto à responsabilidade pela reparação de eventuais danos, perdas ou prejuízos causados às **CONTRATANTES** por atos ou omissões de sua responsabilidade.
- 18.4. Para assegurar o cumprimento das obrigações definidas nesta Ata de Registro de Preços como de responsabilidade do **FORNECEDOR**, as **CONTRATANTES** poderão reter parcelas de pagamentos contratuais ou eventuais créditos de sua titularidade, mediante simples notificação escrita ao **FORNECEDOR**.

19. CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

- 19.1. O Registro de determinado preço poderá ser cancelado, de pleno direito pelas **CONTRATANTES**, quando:
 - 19.1.1. O **FORNECEDOR** não cumprir as obrigações constantes desta Ata de Registro de Preços;
 - 19.1.2. O **FORNECEDOR** não aceitar a Autorização para Início dos Serviços, no prazo estabelecido, e as **CONTRATANTES** não aceitarem sua justificativa;

- 19.1.3. O **FORNECEDOR** der causa a rescisão administrativa de contrato (ou instrumento equivalente) decorrente de Registro de Preços, a critério das **CONTRATANTES**;
- 19.1.4. Em qualquer das hipóteses de inexecução total ou parcial de contrato (ou instrumento equivalente) decorrente de Registro de Preços, se assim for decidido pelas **CONTRATANTES**;
- 19.1.5. Os preços registrados se apresentarem superiores aos praticados no mercado;
- 19.1.6. Por razões de interesse público devidamente demonstradas e justificadas pelas **CONTRATANTES**.
- 19.2. Pelo **FORNECEDOR**, quando:
- 19.2.1. Mediante solicitação por escrito, quando comprovar estar impossibilitado de cumprir as exigências desta Ata de Registro de Preços, ou, a juízo das **CONTRATANTES**, quando comprovada a ocorrência de qualquer das hipóteses previstas no art. 78, incisos XIII a XVI, da Lei nº 8.666/93, e suas alterações.
- 19.3. A comunicação do cancelamento do preço registrado, nos casos previstos neste item, será feita por fax, por meio de correspondência com aviso de recebimento ou, em último caso, via publicação no D.O.E., juntando-se o comprovante ao processo de administração da presente Ata de Registro de Preços.
- 19.4. No caso de ser ignorado, incerto ou inacessível o endereço do **FORNECEDOR**, a comunicação será feita por publicação no Diário Oficial do Estado, considerando-se, assim, para todos os efeitos, cancelado o preço registrado.
- 19.5. A solicitação do **FORNECEDOR** para cancelamento dos preços registrados deverá ser formulada com antecedência mínima de 30 (trinta) dias, facultado às **CONTRATANTES** a aplicação das penalidades previstas nesta Ata de Registro de Preços, caso não aceitas as razões do pedido.
- 19.6. Quando da solicitação de cancelamento do preço registrado por parte do **FORNECEDOR**, este deverá continuar a cumprir suas obrigações até que as **CONTRATANTES** deliberem a respeito do pedido. Ultrapassados 30 (trinta) dias da entrega do pleito sem que haja a manifestação das **CONTRATANTES** sobre a solicitação de cancelamento, o fornecedor estará liberado dos compromissos assumidos na Ata de Registro de Preços.

20. DA UTILIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

- 20.1. Poderão utilizar-se da Ata de Registro de Preços as demais unidades da Federação inclusive o Distrito Federal que porventura se interessarem na adesão desta Ata, mediante prévia consulta ao gestor designado, desde que devidamente comprovada a vantagem e, respeitadas no que couber, as condições e as regras estabelecidas na Lei nº. 8.666/93, no Decreto Estadual nº. 44.787/08 e demais legislações relativas à utilização do Sistema de Registro de Preços, mediante Termo de Cooperação, sendo vedada a aquisição destes itens a preços superiores aos registrados. Ademais, as unidades deverão notificar a **CEMIG** os casos de licitações com preços inferiores aos registrados.
- 20.2. Em cada fornecimento decorrente desta Ata serão observadas as cláusulas e condições constantes do Edital do Pregão Eletrônico nº. **MS/CS 500-H01808**, que a precedeu e integra o presente instrumento de compromisso, independente de transcrição.

21. DISPOSIÇÕES FINAIS

21.1. As **CONTRATANTES** não se obrigam a adquirir os serviços constantes do item 2 - OBJETO, podendo até realizar licitação específica para aquisição de um ou de mais itens, hipótese em que, em igualdade de condições de contratações o beneficiário do registro terá preferência, nos termos do artigo 15, § 4º, da Lei nº 8.666/93, e artigo 27º Decreto Estadual nº 44.787/08.

21.2. Integram esta Ata, o Edital do Pregão Eletrônico nº. **MS/CS 500-H01808**, a Ata da sessão pública do Pregão e a Proposta da Empresa classificada em primeiro lugar, por objeto, no pregão mencionado.

22. FORO

22.1. Fica eleito o foro da Comarca de Belo Horizonte - MG para qualquer ação ou medida judicial decorrente desta Ata de Registro de Preços, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E por assim haverem ajustado, as partes firmam este instrumento, em 2 (duas) vias de igual teor e forma, para o mesmo efeito legal, na presença das testemunhas abaixo nomeadas e assinadas.

Belo Horizonte, _____ de _____ de _____.

CEMIG GERAÇÃO E TRANSMISSÃO – CEMIG GT

CEMIG DISTRIBUIÇÃO S.A. – CEMIG D

FORNECEDOR

Testemunhas:

Nome – RG/CPF

Nome – RG/CPF